ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS ESCOLARES E EDUCAÇÃO (ESCOLAR) QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA contribuições da produção de saberes na comunidade quilombola Barro Preto/Lagoa do Carro - PE

Joseane do Nascimento Rocha [1]

RESUMO

Há duas décadas a Lei 10.639/03 foi sancionada e modificada pela 11.645/08. Ambas versando sobre a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena em escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas e no Ensino Superior. Leis ainda desconhecidas ou ignoradas por muitos sistemas de ensino. No caso das comunidades quilombolas, percebemos a resistência do poder público ou mesmo inexistência do atendimento à educação escolar com respeito às identidades o que se agrava enormemente. Este artigo traz uma análise de uma pesquisa participante com abordagem qualitativa etnográfica, a partir de coleta de dados documentais, relatos, e observações de práticas pedagógicas realizadas no ambiente escolar e no convívio com a comunidade Barro Preto, localizada na zona rural do município de Lagoa do Carro – PE. Com análise às contribuições das práticas escolares e quilombolas para a valorização cultural, identitária e étnico-racial na perspectiva de uma educação quilombola antirracista na comunidade quilombola Barro Preto e escola municipal Ernesto Geisel, no município de Lagoa do Carro – PE. Metodologicamente, propomos uma análise a partir de documentos técnico-pedagógicos, legais e administrativos de (01) uma escola com atendimento à comunidade quilombola certificada na região da Mata Norte de Pernambuco. Com a finalidade de compreender o dia a dia da comunidade e da escola, tomaremos como caminho metodológico o viés da etnometodologia.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Identidade cultural. Práticas pedagógicas. Saberes e vivências quilombolas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como campo de pesquisa a escola municipal Ernesto Geisel, localizada na comunidade da agrovila da Barragem, próxima à comunidade quilombola Barro Preto, ambas, localizadas na zona rural do município de Lagoa do Carro, Mata Norte de Pernambuco. Na investigação analisamos práticas pedagógicas, através de coletas de dados, questionários e entrevistas com professores/as da referida escola, assim como moradores da comunidade quilombola Barro Preto.

1 Ma. em Letras; mestranda em Educação pelo PPGE – UPE, campus Mata Norte – PE, BR. E-mail: joseaner.rocha@upe.br; Lattes: 1014893204328557; ORDID: https://orcid.org/0009-0009-4973-4914;

O grupo de participantes somará 14 pessoas entre professores/as da escola Ernesto Geisel e moradores da comunidade Barro Preto. A pesquisadora participou ativamente de atividades escolares e pedagógicas, nos espaços escolares e do território da comunidade, durante atividades comunitárias e escolares no período de 1 ano. O caráter e metodologia da pesquisa participante seguirá uma abordagem interpretativa e ancorada teoricamente na etnometodologia, conforme desenvolvimento metodológico.

Desta forma, como problema de pesquisa temos a questão: Como as práticas escolares e quilombolas contribuem para a valorização cultural, identitária e étnico-racial, na perspectiva de uma educação quilombola antirracista na escola Ernesto Geisel? Como base analítica e comparativa consideraremos os marcos históricos de combate ao racismo, a implantação da PNEERQ – Política Nacional de Equidade. Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola.

Nosso objetivo principal consistiu em: Analisar as contribuições das práticas escolares e quilombolas para a valorização cultural, identitária e étnico-racial na perspectiva de uma educação quilombola antirracista na comunidade quilombola Barro Preto, localizada na zona rural e na escola municipal Ernesto Geisel, localizada na Agrovila da Barragem, ambas na zona rural do município de Lagoa do Carro – PE.

Os objetivos específicos se desdobraram em: Descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola e as da comunidade quilombola na perspectiva da Educação quilombola antirracista; Identificar relações entre as práticas escolares e quilombolas na perspectiva da Educação quilombola antirracista; Verificar, por meio de diálogos formativos com a comunidade quilombola e a escola, ações educativas que valorizem os saberes tradicionais, as formas de resistência das populações quilombolas e o combate ao racismo.

1. METODOLOGIA

Utilizamos a pesquisa participante qualitativa com abordagem interpretativa que, por sua vez, é fundamental para a abordagem e desenvolvimento das etapas da pesquisa onde a pesquisadora já estava inserida e participando ativamente das atividades tanto da comunidade, quanto da escola. Para uma melhor compreensão da pesquisa qualitativa, nos pautamos em Flick, 2009, nos aspectos da pesquisa qualitativa, onde o pesquisador pode refletir sobre suas próprias atitudes e observações em campo, considerar as interferências e reações dos participantes.

ISSN: 2358-8829

Segundo Zanten, 2004, esse tipo de pesquisa surge como estratégia para pesquisar com grupos considerados subdesenvolvidos ou de pouco prestígio social nos trabalhos dos sociólogos da Escola de Chicago, como também, podemos adequar aos estudos em comunidades marginalizadas, de risco e vulnerabilidade, como podemos também enquadrar as comunidades quilombolas.

Uma das linhas de abordagem da pesquisa participante qualitativa está ancorada teoricamente na etnometodologia e no construcionismo, interessando-se pelas rotinas diárias e pela produção da realidade social, visando a "descrição dos processos na produção de situações e de ambientes [...], bem como da ordem social existentes." (Flick, 2009. p. 29). O pesquisador deve se inserir no convívio direto e participar das atividades em locus no ambiente no qual está pesquisando. Dependendo dessa relação pesquisador – objeto, a pesquisa será direcionada.

A etnometodologia de Harold Garfinkel (apud Flick, 2009, p. 30), tem como objeto o estudo empírico das práticas cotidianas, com a interação do pesquisador, fazendo parte do vasto campo de pesquisas da análise do discurso, tendo como característica importante a coleta de dados como ponto de partida. As diversas entrevistas e participação cotidiana serão parte do material de análise descritiva e interpretativa como métodos.

> Na pesquisa etnográfica, o tema é relevante para o sujeito pesquisado e não somente para a pesquisa. A pesquisa etnográfica não prova, demonstra fatos; permite surgir as vozes. Na perspectiva etnográfica, pesquisar não é denunciar, não é intervir, mas descrever, conhecer, entender. A etnografia gera documentos e não somente lida com eles enquanto dados (Araújo e Barros, 2015, p. 6 a 7).

A partir dos anos 70, surgiu uma nova linha de investigação, denominada de antropológica ou etnográfica (Lüdke e André, 1986). Anteriormente, a terminologia era utilizada apenas por pesquisadores na área de sociologia e antropologia. No entanto, havemos de nos preocupar com o uso adequado dessa terminologia pelo distanciamento com sua origem: "é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo" (Lüdke e André, 1986, p. 13-4), no processo de transição para o contexto educacional.

A abordagem etnográfica permite a combinação de diferentes técnicas como o uso de questionários, vídeos, análises textuais e de documentos, depoimentos, procedimentos e atitudes dos participantes.

1.1 Ambientes percorridos

Os ambientes de vivências das atividades em locus durante a realização da pesquisa foram a escola municipal Ernesto Geisel, localizada na Agrovila da Barragem, zona rural de

Lagoa do Carro – PE e a comunidade quilombola Barro Preto, localizada nas imediações da agrovila, além de utilizarmos também o ambiente virtual para a coleta de informações através de questionário de identificação (anexo) e fornecimento de informações preliminares sobre os participantes desta pesquisa.

O município de Lagoa do Carro compreende uma população de **17.981 habitantes,** conforme o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, sendo 265 declarados quilombolas e apenas 33 famílias vivendo no território da comunidade Barro Preto.

Essa pesquisa compreende os espaços físicos da escola Ernesto Geisel e comunidade Barro Preto, tendo contribuições diretas de 16 participantes, sendo 08 professores, 01 coordenador pedagógico e 07 moradores da comunidade na primeira etapa, reduzindo-se a **14 participantes na segunda etapa.**

1.2 Categorização dos instrumentos utilizados para coleta de dados

Cada um dos instrumentos utilizados para a coleta de dados foram aplicados, direcionandos para atendimento dos seguintes objetivos:

1 – Questionário – via *google forms,* enviados por e-mail, de forma virtual (em apêndice) para melhor identificar, traçar um perfil do participante e compreender sua trajetória formativa e de experiências com a formação antirracista e dos marcos legais e das Instruções Normativas acerca da população negra e Educação Escolar Quilombola, havendo duas versões – uma para os participantes da comunidade escolar e outra para os participantes, membros da comunidade. Também no questionário, a identificação de cor e gênero, através de auto-declaração e identificação do perfil de cada um.

2 – Entrevista – as entrevistas foram realizadas de forma semi-estruturadas, registradas através de vídeo ou áudio e com depoimentos das experiências de cada um dos participantes acerca das práticas pedagógicas, das relações com os estudantes e, no caso dos membros da comunidade, das experiências com a escola e das relações da escola com a comunidade. Pautamos a conduta da entrevista em não estigmatizar – divulgação de informações, invasão de privacidade do participante, não divulgação de dados confidenciais. Prezaremos pela não interferência na vida e na rotina dos sujeitos, assim o questionário poderá ser respondido no tempo mais propício para o participante.

3 – Diário de bordo - onde foram registrados fatos importantes com o objetivo ratificar os dados observados no decorrer dos encontros com os docentes, momentos formativos e vivências da comunidade.

4 – Observação e registros de imagens – previamente autorizadas pelos/as participantes, como uma forma, de posteriormente, retomar e descrever alguma situação significativa vivenciada, para análises das práticas pedagógicas e também culturais vivenciadas tanto pela escola, quanto pela comunidade para verificação e construção narrativa das vivências e das relações em ambos os ambientes, assim como, para acúmulo de acervo para a organização do produto final – curta-metragem sobre a pesquisa.

Todos/as os/as docentes/as participantes representantes da escola são servidores públicos efetivos e/ou contratados da rede municipal de ensino do município de Lagoa do Carro – PE, enquanto os demais, são membros da comunidade Barro Preto, zona rural do mesmo município, declarados/as quilombolas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista antropológico e escatológico, o homem enquanto ser humano, busca sua própria compreensão a partir de sua práxis e da construção histórica de seus saberes, logo, valorizar essas práticas que constroem e refletem quem somos, enquanto comunidade e grupos sociais, nos tornam zeladores de nossa própria história. Valorizar essas práticas é garantir e salvaguardar os saberes construídos ao longo da própria história desses grupos e povos. A construção de práticas que definem, identifica e, categoricamente, restrinjam os modos ser, de determinadas comunidades são exemplos de que esses conhecimentos que podem ser analisados como empíricos também podem simbolizar formas de construções filosóficas e suas materializações por si só, formulações de conhecimentos complexos.

> [...]Ou seja, o tipo de prática desenvolvida frente a um determinado fenômeno material, origina o reflexo na consciência, relativamente, semelhante no nível de complexidade, ao da prática desenvolvida frente a determinado fenômeno material (TRIVIÑOS, 2006, p. 121-122).

As práticas desenvolvidas na comunidade, podem determinar o nível de consciência de mundo dessas crianças e jovens. Isso às define, assim como as identificam como parte desses saberem que estão em constante construção. A materialização dos saberes ancestrais e das formulações construídas coletivamente, tornam a comunidade um todo, representada pelas partes que são seus membros e moradores. Ignorar isso é uma tentativa de apagamento histórico e, também racismo institucional.

A escola pela sua própria natureza tem a função de zelar pela preservação e valorização dos saberes locais e comunitários através da Educação quilombola ou Educação Escolar

Quilombola. A escola tem naturalmente a função de preservar os saberes da comunidade na qual está inserida e da qual está contida através de seus participantes e comunidade escolar.

A Lei 10.639, sancionada em 2003, marca a alteração na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) e determina o ensino obrigatório da cultura e história afro-brasileira na Educação pública e privada, introduzindo o estudo nas áreas do conhecimento de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes, modificada pela Lei 11.645/08, que introduziu os estudos da cultura indígena, causando um impacto cultural nos estudos e discussões preliminares sobre as diferenças culturais, históricas, geográficas, linguísticas e artísticas causadas pelas influências africanas e indígenas na cultura brasileira.

O Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, define a implementação de políticas e ações afirmativas com impactos na educação, saúde, cultura e esportes no sentido de mover instituições ao enfrentamento ao racismo estrutural e de valorizar novas práticas, novos olhares e novas formas de lidar com as diferenças étnicas. As ações afirmativas e práticas pedagógicas que as escolas vêm tomando como discussões, núcleos de estudos e colóquios com um olhar cultural passa a mudar as relações de convivências e de discussões sobre as diferenças.

A implementação das Leis 10.639/03, modificada pela Lei 11.645/08 e os desdobramentos das políticas públicas como a Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola passam a propor também discussões sobre currículo e todos esses elementos, nos fazendo perceber que modelos importados, constantemente experimentados como políticas de governos, apenas consolidam a invisibilidade das culturas locais, valorizando apenas os modelos eurocêntricos, e fortalecendo a ideia de currículos comuns e currículos idealizados. No entanto, Michael (2019) nos traz a seguinte reflexão:

> A realidade não está pronta e definida a priori, ela é, ao contrário, construída socialmente. Tomando como ponto de partida as escolas e o currículo nelas inserido, podemos observar ambiguidades em relação à apreensão desta realidade, supostamente pré-concebida, pelos discursos curriculares. Muitas pessoas podem construir significados democráticos sobre a escola, relacionados à aspectos como segurança de mobilidade social e econômica, acesso à "cultura" da classe dominante, ampliação dos horizontes, projeção de futuro profissional, e muitos outros. Outras pessoas, diferentemente das primeiras, podem entender e sentir a escola como uma forma de controle social, como uma promessa não cumprida, como algo distante da sua própria vida, e rejeitá-la, conscientemente ou não. Por tudo isso, não se pode considerar o campo curricular como neutro ou imparcial e, ao contrário, devemos lançar sobre ele nossa crítica e reflexão na busca de compreender (se possível) os aspectos sociais, políticos e culturais - nem sempre aparentes ou claros - que o constituem (Michael, 2019, p. 19).

ISSN: 2358-8829

As culturas populares ou, mais especificamente, as culturas das comunidades quilombolas, apesar de influenciar diretamente no cotidiano, nas vivências, no dia a dia, na economia popular e criativa, nas organizações sociais, urbanas e políticas dos seus participantes que, podem também ser direta ou indiretamente sujeitos das comunidades acadêmicas, são ignoradas, apagadas e desvalorizadas em suas produções culturais, econômicas, sociais e organizacionais. A sociedade civil organizada, no entanto, vem se manifestando através de provocações políticas internas e externas para pressionar governos e instituições formais para uma melhor adequação no atendimento e reflexões sobre melhores formas de convivência e respeito aos direitos sociais.

Discute-se, também, etnias originárias como dos povos tradicionais, ciganos, e de outras nacionalidades. Discussões até então veladas ou, simplesmente, apagadas pelo desrespeito às diferenças que, muitas vezes, ainda o são. Imbuída no mesmo espírito de liberdade, respeito e igualdade, a Constituição Brasileira vem assegurar a *todos* direitos igualitários e cita o racismo como crime inafiançável:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

É possível perceber que nosso desafio não está apenas em identificar e caracterizar as relações racistas, mas para muito além disso, buscamos uma educação de combate ao racismo, e a Educação Escolar Quilombola para as comunidades tradicionais quilombolas. Defendemos uma cultura antirracista e decolonizadora que busque discussões na construção dos currículos escolares da educação infantil à educação básica, das ementas dos cursos de formação de professores, com diálogos com os Conselhos de Educação, com órgãos da sociedade civil organizada que atuam no combate ao racismo.

Recentemente, o governo federal lançou a PNEERQ - Política Nacional de Equidade, de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - lançada pelo Ministério da Educação em 2024 – que representa um marco importante no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no sistema educacional brasileiro; reconhecimento e valorização cultural e identitária; direito às identidades étnico-raciais e ao pertencimento étnico, à terra e a territorialidade; reconhecimento de saberes; acolhimento das memórias ancestrais; equidade étnica; direito à educação específica com material escolar, currículo, Projeto Político

Pedagógico - PPP, formação continuada de professores, gestores e profissionais da educação, calendário escolar, processos avaliativos, gestão do tempo e da organização escolar.

Para a implantação dessa política, é necessário formação e uma mobilização das redes e sistemas de ensino para alcançar as metas de implantação e efetivação da política que vem com imposições de sanções políticas para os sistemas e entes federados que descumprirem com as etapas e metas de implementação da PNEERQ. As etapas para a efetivação da política, requer preparação, organização e formação pedagógica para toda a rede de ensino com vistas à história e às conquistas da população negra no Brasil, até as histórias mais familiares e representativas da comunidade e circunvizinhança para melhor identidade e pertencimento dos protagonistas que são os estudantes. A equipe precisa estar preparada através de formação em rede.

Sobre a formação, importante ressaltar que esta perpassa pelo conhecimento das comunidades e do ambiente no qual a escola está inserida. É através do resgate histórico, da trajetória do povo negro no Brasil que devemos conhecer e reconhecer quais são os caminhos para combater as desigualdades. No entanto, esse resgate deve ser retomado não pelo olhar colonizador de quem escravizou e aprisionou esse povo preto durante séculos, como estão institucionalizadas em muitos livros didáticos, falsas verdades e apagamento histórico.

Nosso desafio não está apenas em identificar e caracterizar as relações racistas, mas, para muito além disso, buscamos uma educação de combate ao racismo. Defendemos uma cultura antirracista que fomente discussões na implementação das Matrizes Curriculares para a promoção da cultura africana, afro-brasileira, indígena e para a equidade, assim como, a Educação Escolar Quilombola, das ementas dos cursos de formação de professores, com diálogos com os Conselhos de Educação, com órgãos da sociedade civil organizada que atuam no combate ao racismo.

A busca pelas origens sempre foi uma luta dos povos que, de forma transgressora, foram retirados de suas pátrias e de suas nacionalidades. Os *mitos* e categorizações de inferioridade e desprestígio da cultura e etnia negra em relação às culturas eurocêntricas são temas do livro de Munanga: Negritude – usos e sentidos, e nos traz essa reflexão para a formação de professores que têm um papel fundamental para as desmistificações desses mitos e das discussões sobre as culturas, diferenças e a construção de um mundo mais igualitário. Nesse trabalho, o autor traz uma reflexão sobre racismo e classe,

> Aqui está um dos dilemas da questão racial brasileira: os oprimidos brancos da sociedade não têm consciência de que a exclusão política e econômica do negro por motivos racistas só beneficia a classe dominante, o que torna difícil, senão impossível, sua solidariedade com o oprimido negro; além disso, eles mesmos são racistas pela educação e pela socialização recebidas na família e na escola. Raça e classe se tornam, então, duas variáveis da mesma realidade

> de exploração, na estrutura de uma sociedade de classe (Pereira, 1987, apud Munanga 1988, p. 9).

O autor nos faz refletir sobre uma importante distinção do racismo entre pobres brancos e negros que ampliam ainda mais as diferenças classistas e socialistas reproduzidas pelas famílias e escolas nos atuais modelos que são replicados. Infelizmente, as práticas de racismo são comuns inclusive, entre pessoas da mesma classe social por valorar suposta superioridade única e exclusivamente pela cor ou tom de pele.

Quando pessoas da mesma classe social fazem distinção, ou ainda, sentem-se superiores ou inferiores unicamente pela cor ou origem étnica, percebemos que nos falta a formação, a cultura e o conhecimento para compreender a causa dessas distinções de pessoas que ainda que estejam no mesmo bojo social, apegam-se a conceitos hegemônicos disseminados e de tanto repetidos, tornaram-se inseridos no convívio social. O racismo estrutura-se e institui-se em toda a sociedade que apesar de negar, continua sendo racista.

3. RESULTADOS E DISCUSÃO

Iniciamos este trabalho apresentando o seguinte desafio para análise: Como as práticas escolares e quilombolas contribuem para a valorização cultural, identitária e étnico-racial, na perspectiva de uma educação quilombola antirracista na escola Ernesto Geisel? Para esta pergunta, várias das respostas de professores e mães, trazem em uma certa medida respostas positivas e negativas. Dependendo do que se compreende sobre valorização cultural, identitária e étnico-racial, sobretudo na perspectiva antirracista.

A maioria das respostas dos professores entrevistados evidencia a fragilidade do que poderiam ser efetivamente atividades pedagógicas antirracistas ou de valorização da cultura quilombola, para além das comemorações da semana da Consciência Negra ou de apresenações culturais em datas pontuais da vida escolar.

Importante também ressaltar o fator religioso que causa grande impacto tanto na formulação dos distanciamentos, dos estereótipos e dos mitos que se projetam acerca da cultura quilombola. Há uma demonização dos elementos, ritos e símbolos religiosos que distanciam as pessoas da comunidade e projetam nas crianças o mesmo distanciamento. Isso se evidencia em algumas falas de professores e de membros da comunidade. Dos professores, no total apagamento desse fator, salvo na expressão: “Ele querer ser como se fosse o tio dele que atua naquelas áreas, que fazem aquelas coisas deles, lá...”, isso para referir-se ao maracatu... entendendo que essa é uma manifestação da prática da umbanda, candomblé ou jurema sagrada.

Valorizar e tornar a cultura quilombola parte das práticas docentes depende de interação, vontade e um mergulho na história da comunidade. Também perpassa pela formação inicial e/ou continuada para aques que não receberam essa formação na academia querer, buscar, pesquisar e interagir com e sobre os saberes da comunidade. Depende, também da iniciativa dos docentes e também do sistema de ensino que durante o ano de 2025 mostrou-se interessado em estreitar os caminhos.

Esperamos que este estudo e suas análises possam contribuir para a reflexão e reformulação de práticas pedagógicas da formação docente, seja inicial ou continuada. Também com impacto nas concepções de gestão escolar, pois cabe ao gestor e ao coordenador pedagógico sempre ter um olhar atento para perceber as diferenças e as peculiaridades para respeitá-las e, principalmente, permitir que os demais possam conviver com a diversidade, percebendo no outro que a igualdade é um mito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fiquemos atentos aos preconceitos e estereótipos formulados ao longo da história, para que possamos avançar no combate ao racismo e na valorização da educação escolar quilombola, faz-se necessário que possamos investir na formação de professores a partir de um olhar para a comunidade. É preciso ouvirmos a comunidade e inseri-la no processo pedagógico. Não se trata de como “eu acho” que deve acontecer, mas de ouvirmos o que a comunidade pensa. Não se trata de como “eu penso” que devemos agir ou executar, mas de fazermos juntos para uma execução mais assertiva.

Sobretudo, nossa intenção sobre as políticas educacionais da Educação quilombola e da Educação Escolar Quilombola que se distinguem, porém se interseccionam na práxis da educação com crianças quilombolas é analisar as práticas que estão acontecendo em *locus*, que são utilizadas para o apagamento das culturas quilombolas quando não estão alinhadas ao PPP – Projeto Político Pedagógico da escola. Por isso, precisamos nos debruçarmos sobre as orientações atuais da PNEERQ – Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola que orienta para a implantação de práticas que respeitem a diversidade, a inclusão e as práticas quilombolas.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para melhorias e na estruturação da Educação quilombola ofertada à comunidade em foco, assim como o produto final – curta-metragem: A caminho da educação(escolar) quilombola em Barro Preto, também possa ser

suporte e material de apoio para a comunidade escolar, para a academia e para todos/as os/as, interessados/as nesse tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição **da República Federativa do Brasil.** In: Diário Oficial da União, Brasília, 05/10/1988.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. - Brasília. CNE/CP 003/2004.

_____, Estatuto **da igualdade racial.** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

_____, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____, **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. – Brasília: Presidência da República - Casa Civil.

_____, Lei **nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, In: Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 11/03/2008, p. 1.

_____, PARECER CNE/CEB Nº 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. D.O.U.: 20/11/2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, Adriane Matos; BARROS, Aline Menezes de. **Produção do Conhecimento nas Pesquisas Etnográficas em Educação:** A Utilização dos Métodos Mistos. In: II CONEDU – Congresso Nacional de Educação. Campina Grande – PB, 2015, p. 13.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, K. **Negritude – usos e sentidos.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

MICHAEL, A. **O CURRÍCULO NO CENTRO DA LUTA: contribuições de Michael Apple para a compreensão da realidade escolar**. Revista Espaço do Currículo. João Pessoa. V. 12. p. 119 a 130. Janeiro/abril 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331799867_O_CURRICULO_NO_CENTRO_DA_LUTA_contribuicoes_de_Michael_Apple_para_a_compreensao_da_realidade_escolar. Acesso aos 01 de abril de 2026.

ISSN: 2358-8829

TRIVIÑOS A. S. **A dialética materialista e a prática social.** Movimento. Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006. p. 121-122.

ZANTEN, A. V. **Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validez e generalização**. Perspectiva. Florianópolis. v. 22. jan/jun. 2004. p. 25-45.